



RESENHA

DIEGUES, Antonio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada**. 6. Ed.,
São Paulo: HUCITEC, 2008. 199p.

Henrique Martins da Silva – UFT – Araguaína – Tocantins – Brasil
henriquematins24@gmail.com

Eliseu Pereira de Brito – UFT – Araguaína – Tocantins – Brasil
eliseubrito@uft.edu.br

O autor no livro, “Mito Moderno da Natureza Intocada” debate diversos temas com enfoque principal sobre a criação de parques nacionais de preservação em todo o planeta. Busca compreender de que forma essas iniciativas foram tomadas e conduz a discussão no sentido de entender o papel dos sujeitos nos lugares e o protagonismo nas áreas de preservação transformando esta como espaço de vivência e de criação e existências. Portanto, a discussão deste livro não visa somente o entender o papel do estado, mais estabelece uma reflexão crítica sobre como o estado define e discute a importância da diversidade de povos invisibilizados à luz do debate sobre natureza e preservação dos órgãos e ambientalistas.

A obra é constituída de 12 capítulos com ênfase sobre as questões parques/populações tradicionais. Discute a natureza sem o homem e as interdependências natureza/homem, desenvolvendo também um debate sobre o impacto do desenvolvimento e a importância da defesa das culturas tradicionais na preservação não só na diversidade natural, como também de experiências e de povos tradicionais.

O primeiro parque de preservação do mundo foi o de Yellowstone nos Estados Unidos criado em 1872. Assim como os primeiros pensamentos sobre preservação e criação de áreas que tivessem como objetivo serem protegidas e no futuro constituírem as únicas ilhas intocadas do mundo, essa iniciativa se deu a partir do grande

crescimento das civilizações urbano-industrial, principalmente, pós a Revolução Industrial, onde preservacionistas tratavam o ser humano como destruidor da natureza, então, por essa razão, estabeleceram a questão de que, para se ter uma área natural e preservada, não se poderia ter a presença humana, ou seja, todos os povos que habitavam naqueles locais tinham que ser retirados das áreas dos parques. Por consequência, também seriam retirados seus pensamentos, suas experiências e seus conceitos de preservação.

A criação dos parques, apesar de tudo tinham como objetivo atender as populações das cidades, caracterizando as áreas de preservação como refúgio da sociedade urbana, onde poderiam apreciar o belo, que se resume ao natural, criando um caráter que poderia se definir como ambiente citadino, em que os sujeitos que poderiam participar a partir de seus conhecimentos baseados em experiências, simbologias e, principalmente, respeito a natureza. Estes poderiam ajudar no ciclo de preservação e manutenção dos elementos da fauna e da vegetação são expulsos pelo fato de “prejudicarem” no resguardo da natureza.

Muito se diz a respeito dos primeiros pensamentos sobre preservação e como eles foram vistos e aceitos, uma questão a ser discutida é que até antes dos Estados Unidos proporem seus conceitos, a Europa já tinha implantado no século XVIII suas ideias de preservação, partindo do mito do “Paraíso Terrestre”. Tinha como influência o cristianismo, que propunha um local sagrado em que não tivesse alteração ou ação do homem. Todos esses fatores no final da Idade Média.

A partir dos anos 1960, houve o surgimento de planos e ações que fizeram se rever e se polemizar a ideia de que os povos não poderiam viver e produzir meios de subsistência nas áreas de preservação, assim como outras que continuam a entender e apontar o homem como devastador da natureza. Podemos explicitar, segundo o autor:

A) Visão Biocêntrica ou Ecocêntrica - busca ver o mundo natural em sua totalidade no qual o homem está inserido como qualquer outro ser vivo.

B) Visão Antropocêntrica - dicotomia entre homem e natureza, na qual o controle da natureza está sobre posse do homem, por meio da tecnologia e da ciência.

-
- C) Ecologia profunda - a natureza deve ser preservada por ela mesma.
 - D) Ecologia social - considera os seres humanos como responsáveis pela destruição da natureza e busca um novo tipo de sociedade, baseado em povos primitivos.
 - E) Eco socialismo/Marxismo - baseia-se na crítica interna ao marxismo clássico, no que diz respeito a concepção de domínio natural, pois para Karl Marx a natureza é um meio estático em meio ao capitalismo.

Grande parte das discussões que permeiam a questão da participação dos povos tradicionais nos parques de preservação gira em torno da questão do naturalismo e culturalismo em que uma, respectivamente, defende a conservação da natureza sem a presença humana, enquanto a outra, explicita que as experiências e conhecimentos são de suma importância para a proteção e, principalmente, para se manterem as culturas, sem mergulharem em uma descendência unicamente baseada na economia, que prejudica na defesa do meio ambiente e de quem de fato sempre teve respeito pelo resguardo da natureza.

Com a criação da União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN), em 1984 e diversas conferências realizadas a partir de então, novos apontamentos começaram a dar uma visão a respeito das áreas de preservação e a participação dos povos tradicionais em sua constituição. Extrativistas e indígenas começaram a se unir em busca da conquista de seus direitos, principalmente no Brasil, onde como se sabe, historicamente possui uma grande diversidade de raças, povos e origens. No entanto, as ideias de preservação no Brasil, além de surgirem tempos após as ideias de conservação serem impostas nos países desenvolvidos, os órgãos ambientalistas buscavam seguir os modelos e ideais iniciais de preservação, discordando dos novos paradigmas propostos pela UICN, que estava alicerçado no respeito dos povos tradicionais das áreas de preservação, seguindo por exemplo as ideias do parque de Yellowstone.

As ideias de conservação e presença humana no Brasil em futuras áreas protegidas começaram a mudar a partir do movimento dos sujeitos que ali viviam e que resistiam suas desterritorialização em detrimento da natureza intocada contida na

concepção do parque. Os seringueiros podem ter destaque nesses movimentos, pois buscaram conseguir seu espaço, onde poderiam produzir os meios de subsistência. Todas essas questões a partir dos anos 1980, sendo criado por exemplo em 1985 o Conselho Nacional dos Seringueiros e logo após, em 1986, a Aliança dos Povos da Floresta, esses foram alguns dos movimentos que fortaleceram o poder de luta e de conquistas dos povos que viviam e buscavam seu espaço, lutando contra diversas estratégias que visavam a sua derrota. Um dos principais problemas dessas discussões é a relação do homem com a natureza movida pela produção econômica, argumento que desloca totalmente os povos que vivem e se importam realmente com o meio natural.

A ideia de parques nacionais no Brasil surgiu com André Rebouças em 1876. Porém, o primeiro parque só foi criado em 1937, o parque de Itatiaia e, em 1948, o parque de Paulo Afonso. A partir de então outros começaram a surgir como o parque da Amazônia, entre outros, levando a criação por consequência de órgãos responsáveis pela administração das questões ambientalistas como o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal em 1967. Todos eles com ideias que não condiziam com os novos pensamentos sobre a significação e importância dos parques e dos povos e como um influenciaria o outro, contrariando as questões impostas pela própria UICN, que visava as áreas protegidas vistas como contribuição das diversidades culturais e biológicas.

Portanto, é de grande relevância perceber a questão da Globalização como influenciadora dos processos de formação de áreas de preservação e também pelo grande índice de aumentos que proporcionam a defesa das culturas tradicionais, que possuem uma relevância gigantesca na proteção da natureza, na criação do elo entre o homem, que pode ter uma ligação natural e sem pretextos econômicos, em que o principal objetivo seja a real apreciação da natureza, relação essa, que de fato é estabelecida pelas culturas tradicionais, apesar de que já se tem uma relação com as economias globais, por minimamente que seja feita.

Estudos e conferências tem por meta de serem elaboradas com o objetivo principal de renovação de ideias em que favoreçam as culturas que realmente tenham necessidade de serem defendidas e respeitadas com o apoio de ONG, que tem sido um

aliado dos povos tradicionais, assim como órgãos não governamentais e partidos verdes, que buscam o fortalecimento das culturas populares. Percebe-se a presença da orientação desenvolvimentista dos próprios órgãos de governo e empresas privadas que retiram a harmonia e a ordem natural entre a natureza e as culturas remanescentes das áreas de preservação. Apesar de se ter a consciência dos danos que o homem é capaz de proporcionar a natureza, tem-se principalmente que se perceber os benefícios que se pode construir com o uso consciente e harmonioso entre Natureza/Homem.

Henrique Martins da Silva – Graduando em Geografia pela Universidade Federal do Tocantins. Desenvolve Iniciação científica PIVIC, Bolsista de Residência Pedagógica UFT.

Eliseu Pereira de Brito - Possui Bacharelado e Licenciatura em Geografia pela Universidade Federal do Tocantins. É mestre em Geografia pela Universidade Federal da Grande Dourados. Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Goiás. Líder do Grupo de Pesquisa GEGATO - Grupo de Estudos Geográficos da Amazônia e Tocantins e Pesquisador do Núcleo de Estudos Urbanos, Agrários e Regionais - NURBA/UFT. Pesquisador Externo do LABOTER/UFG. Desenvolve pesquisa sobre "Território e territorialidades das comunidades ribeirinhas na Amazônia Legal - Tocantins" e sobre "Identidades Territoriais e Lugares tocaninenses. Desenvolve leituras no Grupo de Estudo sobre os "lugares" em Jöel Bonnemaïson". Atualmente é Professor Adjunto do Curso de Geografia da Universidade Federal do Tocantins - Campus de Araguaína. Editor da Revista Tocantinense de Geografia.

Recebido para publicação em 23 de dezembro de 2020.

Aceito para publicação em 28 de abril de 2021.

Publicado em 29 de abril de 2021.